

CONGRESSO

Um ano à base de tropeços

Governo não avançou nas reformas por cálculo eleitoral e conseguiu vitórias somente depois que fechou acordo formal com Centrão

» ISRAEL MEDEIROS
» RAPHAEL FELICE

O ano legislativo chegou ao final com uma enxurrada de textos aprovados por parlamentares da Câmara e do Senado Federal em uma corrida contra o tempo. A prioridade do Congresso nos últimos dias de 2021 era aprovar o que faltava da PEC dos Precatórios, pauta mais importante para o governo federal no segundo semestre. O texto foi promulgado e, agora, o governo terá mais de R\$ 100 bilhões no Orçamento de 2022 para gastar com o Auxílio Brasil — programa social que substituiu o Bolsa Família — e outras medidas voltadas para as camadas mais pobres da sociedade.

A aprovação foi um esforço conjunto dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O deputado foi o principal braço do governo no Congresso este ano e conseguiu articular para aprovar projetos, apesar das dificuldades de relacionamento do presidente Jair Bolsonaro — e de alguns dos seus auxiliares — com a Casa da qual fez parte por aproximadamente 30 anos.

Para o próximo ano, Lira sinaliza que pautará, antes que a corrida eleitoral comece, discussões complexas. Entre elas, está a da mudança do sistema de governo para o semipresidencialismo, que começaria a vigorar em 2030. Outra pauta que pode andar arrepia os conservadores, que é a do cultivo de cannabis para uso medicinal, veterinário, científico e industrial. Nos bastidores, Lira tem afirmado que o tema não pode mais esperar.

Entre partidos da base, o que se comenta é que a falta de avanço em algumas pautas tem a ver, sobretudo, com a inabilidade do governo no trato com o Congresso. Mas pesaram, também, os efeitos da pandemia, que fizeram com que os parlamentares deixassem de participar presencialmente da vida do Legislativo — na Câmara, apenas no final do terceiro trimestre se retomou o comparecimento à Casa. No rastro disso, temas relacionados à crise sanitária passaram na frente nas pautas de

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Na Câmara, depois que o governo e o Centrão se acertaram, as pautas caras ao Planalto tramitaram com mais suavidade

discussão e votação.

“A pandemia prejudicou muito o Legislativo. Com muitas discussões on-line, a gente perde o foco e aquela capacidade de articulação. Acho que até avançou bem na pandemia, tanto o Senado quanto a Câmara vêm fazendo seu papel, não atrapalhando o governo federal. Mas, a partir de agora, Bolsonaro estará concentrado em conversar com seu eleitorado mais radical”, avalia o deputado Fausto Pinato (SP), vice-líder do PP na Câmara.

Recurso final

Por sinal, não foi somente o trabalho remoto que fez com que

decisões parlamentares fossem proteladas. A CPI da Covid, que durou aproximadamente cinco meses, deixou Senado e Câmara de fôlego suspenso, pois muito do que foi levantado pela comissão trouxe imensos prejuízos para o governo e dificuldades para a base.

Foi a partir daí que Bolsonaro precisou lançar mão do único recurso que resta aos presidentes enfraquecidos que pretendam dar sobrevida à administração que chefiam: coligar-se ao Centrão e trazer um dos seus cardeais para o coração do governo — no caso, o senador Ciro Nogueira (PP-PI), que de integrante da tropa de choque na CPI fez um voo sem escalar para a Casa

Civil. Antes, Bolsonaro trouxera a deputada Flavia Arruda (PP-DF), muito ligada a Arthur Lira, para a Secretaria de Governo, que cuida do relacionamento do Palácio do Planalto com o Congresso. A partir daí, a estrada ficou um pouco mais pavimentada para o governo conseguir expressivas vitórias, como o da aprovação do Auxílio Brasil.

Entretanto, entre o desejo e a confirmação há uma grande distância, pois os esforços do presidente Jair Bolsonaro estarão completamente voltados para a reeleição. Isto representa que tudo o mais cairá para baixo no ranking de prioridades, inclusive reformas com as quais o governo

jamais se empenhou que fossem aprovadas — como é o caso da administrativa e da tributária.

“Bolsonaro é contra a administrativa, e a tributária não existe. Não existe isso de não querer votar. Não tem é o que votar. No ano que vem, a gente pode esquecer as reformas. Teremos votações de pautas secundárias”, lamenta o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM).

Problemas

Para o cientista político André Rosa, é natural que o governo federal não tenha apostado nas reformas administrativa e tributária no ano que antecedeu o



Acho que até avançou bem na pandemia, tanto o Senado quanto a Câmara vêm fazendo seu papel. Mas, a partir de agora, Bolsonaro estará concentrado em conversar com seu eleitorado mais radical”

Deputado Fausto Pinato (SP), vice-líder do PP

período eleitoral, já que poderiam criar problemas tanto com setores do empresariado quanto com servidores públicos. Isso porque, no primeiro caso, ainda há um bom percentual que apoia o presidente e, no segundo, Bolsonaro quer trazer o funcionalismo para perto oferecendo vantagens e um aumento salarial que ameça explodir o Orçamento de 2022.

“Com a popularidade em baixa, seria suicídio político”, afirma Rosa.

Apesar do incômodo, fontes no Congresso vislumbram a possibilidade de que a reforma tributária seja um dos primeiros temas a serem debatidos em 2022. André Rosa concorda, mas não vê grandes chances de o tema prosperar, a menos que haja um esforço por parte dos presidentes das Casas Legislativas.

“O ano de 2022 deve começar com a pauta da reforma tributária. Só que, para aprovar pautas, será preciso uma presença grande do Congresso. E a tendência é de que seja um ano nulo”, prevê. (Colaborou Fabio Grecchi)

O alto preço de votar contra o partido

» LUANA PATRIOLINO

Foi o presidente Tancredo Neves que definiu: “votação secreta dá uma vontade danada de trair”. Mas, às vezes, às claras, alguns votos soam como traição e geram constrangimentos. Foi o caso do senador Rogério Carvalho (PT-SE), cuja decisão em favor do avanço da proposta de resolução com regras para as emendas de relator — o chamado orçamento secreto — o colocou na berlinda dentro do PT. Seu voto, na avaliação de fontes do Senado, conseguiu embaçar a atuação que teve na CPI da Covid, quando travou duros embates com a tropa de choque governista e alguns depoentes.

Os petistas fecharam questão

contra as RP9, mas, com a ajuda do senador sergipano, a proposta acabou passando por 34 a 32. Se ele seguisse a orientação partidária, haveria um empate de 33 a 33 e caberia ao presidente da sessão, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), desempatar o placar.

Para o cientista político Lucas Aragão, sócio da Arko Advice, a explicação para Carvalho ter quebrado o pacto firmado entre os petistas é simples. “O Senado é uma casa mais independente do que a Câmara. Os senadores têm um controle e uma autonomia sobre as decisões maior do que acontece na Câmara, onde a força das lideranças partidárias são mais fortes”, explica.

Carvalho justifica sua decisão. “Não era uma questão de mérito, de acreditar no modelo de execução orçamentária. Era de defender a autonomia do Poder Legislativo em relação a outros poderes”.

O PT, claro, reprovou, mas não esclareceu se punirá o senador. “O voto isolado do senador é um fato grave, que não se justifica diante das manifestas posições do partido sobre questão fundamental para o país”, observa, em nota.

Casos marcantes

Carvalho, porém, não foi o primeiro parlamentar a votar conforme sua convicção e a

entrar em rota de colisão com a legenda à qual pertence. Nem será o último. A deputada Tábata Amaral (PSB-SP) já esteve na mesma situação quando era do PDT e votou em favor da reforma da Previdência. Sua expulsão, inclusive, foi pedida, à época, pelo hoje presidente do partido, Ciro Gomes.

Outro episódio marcante teve a senadora Katia Abreu (PP-TO) como protagonista. Nas semanas que antecederam o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, ela enfrentou a diretriz dada pelo MDB, partido que, à época, ela pertencia. Katia não abriu mão de sua convicção e ficou com Dilma até o final.

Ana Rayssa/CB/D.A Press



Carvalho votou conforme seus princípios e colheu a ira do PT

O GDF trabalha para que em 2022 você tenha mais motivos para sorrir.